

## OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NA SAÚDE DE MULHERES

### THE IMPACTS OF OBSTETRIC VIOLENCE ON WOMEN'S HEALTH

Joélia Souza Neves<sup>1,\*</sup> / Jéssica Nayara da Silva Prado<sup>1</sup> /  
Lorena Sena Bandeira<sup>1</sup> / Camila Santana Morais<sup>1</sup> /  
Larissa Silva de Abreu Rodrigues<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

A violência obstétrica é definida como apropriação de processos corporais e reprodutivos por profissional de saúde, expresso por meio de tratamento desumanizado, utilização de medicamentos de modo abusivo e sem critérios e abordagem que torna processos naturais patológicos. A perda de autonomia, de poder de decisão das mulheres sobre os próprios corpos e sexualidade, geram impactos negativos para a qualidade de vida das mesmas (LANSKY, et al., 2019).

No Brasil, o modelo assistencial vigente contribui ainda mais para as práticas obstétricas violentas, uma vez que há intensa medicalização do processo de gestação, parto e puerpério, por meio de realização de intervenções desnecessárias que prejudicam a saúde. Cabe ressaltar que tais práticas englobam qualquer procedimento realizado sem consentimento prévio, que possa causar danos ao binômio mãe-filho, manifestados por meio de ações verbais, físicas, e/ou psicológicas (BOWSER, 2010).

Toques vaginais sem permissão ou sequenciados, realização de episiotomia sem consentimento, manobra de Kristeller, uso rotineiro de ocitocina, impedimento para se alimentar ou se movimentar ou, ainda, a utilização de frases e gestos que possam inferiorizar a mulher ou afetá-la psicologicamente, são modos de violências obstétricas mais relatadas por mulheres (AMORIM et al., 2017).

### RESUMO

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura que objetivou sistematizar achados científicos sobre impactos da violência obstétrica na saúde de mulheres. As buscas ocorreram nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde e Google Acadêmico em setembro de 2022. Os resultados dos artigos selecionados mostram que o processo de institucionalização dos partos trouxe consequências para a saúde de mulheres, dentre elas, a violência obstétrica. A mulher vítima desse tipo de violência se torna propensa a sentimentos negativos, sofrimento psicológico e outras repercussões com impactos diretos para sua saúde e para a interação mãe-filho(a). Considerando o teor traumático desse processo no cotidiano das mulheres, é urgente reforçar a adoção de medidas de prevenção à violência obstétrica com foco na sensibilização das(os) profissionais que as assistem.

**Palavras-chave:** Parto humanizado. Saúde da mulher. Violência obstétrica.

### ABSTRACT

This is an integrative literature review that aimed to systematize scientific findings on the impacts of obstetric violence on women's health. The searches took place in the databases of the Virtual Health Library and Google Scholar in September 2022. The results of the selected articles show that the process of institutionalization of childbirth had consequences for the health of women, among them, obstetric violence. The woman victim of this type of violence becomes prone to negative feelings, psychological suffering and other repercussions with direct impacts on her health and on the mother-child interaction. Considering the traumatic content of this process in the daily lives of women, it is urgent to reinforce the adoption of measures to prevent obstetric violence with a focus on raising awareness among the professionals who assist them.

**Keywords:** Humanized birth. Women's health. Obstetric violence.

*Submetido em:* 26 de set. 2022

*Aceito em:* 04 de nov. 2022

<sup>1</sup>Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Guanambi, Bahia – Brasil

\*E-mail para correspondência: joeliansouza.13@gmail.com

No entanto, apesar de frequentes, algumas mulheres desconhecem que estão sendo vítimas de violência, o que contribui para o silenciamento e perpetuação deste tipo de violência. Um estudo realizado com parturientes de uma maternidade pública filantrópica do interior baiano evidenciou que ao serem questionadas, poucas identificam tais formas de violência e, por confiar no conhecimento da equipe de profissionais de saúde, acreditam que todos os procedimentos impostos são de fato necessários (NASCIMENTO et al., 2019).

Durante anos, os processos de parturição eram realizados por parteiras no ambiente doméstico. Nesse cenário, era possível visualizar o protagonismo da mulher no parto. No entanto, com o advento das tecnologias e a caracterização do nascimento e gestação como processos patológicos, houve a institucionalização dos partos. Esse deslocamento da mulher do seu ambiente familiar, munido de confiança e proteção, para um ambiente desconhecido, contribuiu para o aumento da violência obstétrica (KAPPAUN; COSTA, 2020).

Vale considerar ainda, que a gestação e o parto se constituem em eventos potencialmente geradores de anseios. Dessa forma, ao pensar esse processo como singular, trazendo à tona medos, insegurança e sofrimento psicológico, o que se espera é que a assistência prestada seja a mais humana possível (DONELLI; LOPES, 2013). No entanto, a violência obstétrica tem modificado a expectativa da mulher para vivenciar esse ciclo de vida, culminando, por vezes, na escolha de não vivê-lo (NASCIMENTO et al., 2019; SOUZA et al., 2016).

## OBJETIVO

Sistematizar achados científicos sobre impactos da violência obstétrica na saúde de mulheres.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, descritiva, com caráter qualitativo, realizada nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Google Acadêmico em setembro de 2022. Para a busca dos achados nas bases de dados, utilizou-se os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “Saúde da Mulher”, “Violência Obstétrica” e “Parto Humanizado”, associados através do operador booleano AND.

Adotaram-se como critério de inclusão: artigos completos e disponíveis, publicados no período de 2017 a 2022, em inglês e português e tendo como assuntos principais: Parto Humanizado, Violência contra a Mulher, Saúde da Mulher, Parto e Enfermagem Obstétrica. Os critérios de exclusão foram artigos que não tratassem das temáticas destacadas.

Foram localizados, inicialmente, 24 artigos que atenderam aos critérios de inclusão. Posteriormente à leitura dos títulos e dos resumos de cada estudo, 14 foram excluídos por não incluir o objeto de estudo desta revisão. Sendo assim, a amostra do estudo foi constituída de 10 artigos lidos, sistematizados e apreciados, na íntegra, por meio de análise crítico-reflexiva.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos estudos selecionados, é possível confirmar repercussões negativas causadas pela violência obstétrica na saúde de mulheres.

Em uma pesquisa realizada com mulheres que vivenciaram o processo de parir, observou-se que embora muitas tenham negado conhecer o termo violência obstétrica, durante o relato delas sobre a experiência de parto, foram identificadas várias situações que caracterizam este tipo de violência. Tal constatação evidencia desconhecimento das mulheres sobre seus direitos sexuais e reprodutivos e, por conseguinte, sobre violência obstétrica, o que constitui fatores que aumentam a vulnerabilidade destas ocorrências (NASCIMENTO et al., 2019; ORSO et al., 2021).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza que o total de partos cesáreos em relação ao número total de partos realizados em um serviço de saúde seja de 15%. Esta determinação está fundamentada no preceito de que apenas 15% do total de partos apresentam indicação precisa de cesariana (OMS, 1996). Apesar disso, o percentual de cesarianas no Brasil chega a 40% no Sistema Único de Saúde (SUS) e 84% na rede privada. (SILVA et al., 2020; INAGAKI et al., 2018). Ademais, cabe ressaltar que a cesariana, quando não tem indicação médica, ocasiona riscos desnecessários à saúde da mulher e do bebê, evidenciando a necessidade de mudança no modelo de assistência ao parto e nascimento.

No Brasil, o modelo biomédico não tem favorecido a prática do parto vaginal, além de vários outros fatores culturais e psicológicos que levam essas mulheres a optarem pela cesariana. Dados da pesquisa Nacer Saudável realizada pela Fundação Oswaldo Cruz demonstram que cerca de 70% das mulheres têm preferência pelo parto normal no início da gestação, no entanto, são influenciadas ao longo do período a realizarem parto cesáreo (BRASIL, 2014).

Assim, perpetua-se a cultura do parto como processo patológico, medicalizado, que exclui a mulher como protagonista desse momento e centraliza no(a) profissional a opção do tipo de parto, conduzindo a cesarianas desnecessárias atendendo ao sistema em que impera o lucro obstétrico (ZANARDO et al., 2017). Esse processo reflete de diversas formas no parto, seja na ausência do estabelecimento de vínculo entre mãe e filho(a), ou na experiência de um processo traumático para a parturiente (SILVA et al., 2019; OLIVEIRA; ELIAS; OLIVEIRA, 2020).

De acordo com Lima e Silva (2021), não é incomum a mulher sofrer maus-tratos, desrespeito, negligência e abusos no período gestacional e é justamente no momento do parto que elas encontram-se mais vulneráveis à violência. A violação de direitos, mesmo que, por vezes, não identificada pela mulher, pode afetar decisões em relação a futuras gestações e dificultar o vínculo mãe-bebê. Tendo em vista esses fatores, o pré-natal e apoio psicológico são ferramentas essenciais principalmente para mulheres que já passaram por situações de violência obstétrica (LEAL et al., 2018; SILVA; SILVA; ARAUJO, 2017).

Em relação aos fatores que favorecem esse cenário de violência, destacam-se a baixa escolaridade e baixa renda da mulher. Esses fatores deixam as mulheres mais vulneráveis, favorecem a perda da autonomia e da capacidade de decisão da mulher sobre seu corpo e parto e, ao mesmo tempo, ainda a leva a acreditar que tudo que foi feito se constituiu em uma forma de salvar tanto a sua vida como a do bebê (FERREIRA et al., 2019).

Dentre tantos impactos que a violência obstétrica traz para mãe e para o bebê, é válido ressaltar o Transtorno de Adaptação (TA). Este é ocasionado pela exposição a fatores estressantes ou situações traumáticas, como a realização de cesarianas desnecessárias e sem autorização da parturiente, sendo caracterizado pelo estado de sofrimento e de perturbação emocional subjetivos, que dificulta o funcionamento e o desempenho social (FERREIRA et al., 2019).

Corroborando com os achados, uma pesquisa realizada em uma maternidade pública do Recife-PE, evidenciou que o surgimento de TA decorrente do parto está mais associado a via de parto final não desejada, ausência de acompanhante durante o parto, relato de nenhum ou pouco planejamento de gestação, cesárea ou parto vaginal com episiotomia

como tipo de parto atual, e assistência prestada pelo profissional médico, reiterando o impacto das violências obstétricas na saúde de mulheres (FERREIRA et al., 2019).

Não obstante, este achado é confirmado por meio de um estudo publicado pela revista Cochrane, que aponta as intervenções desnecessárias, durante o parto, como fator de risco para o surgimento de transtornos de estresse pós-traumático, tais como o transtorno de adaptação (SANDALL et al., 2016).

## CONCLUSÕES

Por meio dos achados na literatura, foi possível constatar as consequências que atos violentos ocasionam na vida de mulheres que deixam de protagonizar um dos momentos mais importantes de sua vida em detrimento da institucionalização e medicalização excessiva, atingindo, sobretudo, aquelas com menor acesso à informação, com serviços de pré-natal insuficientes e com acompanhante negado durante o parto.

Nesse sentido, torna-se necessária a adoção de medidas de prevenção de violência obstétrica, considerando o teor traumático desse processo no cotidiano de parturientes. A compreensão do parto como acontecimento humano e fisiológico, a disponibilização e acesso facilitado a informações, garantia de direitos reprodutivos e sexuais e a qualidade da assistência em saúde, configuram-se como potentes estratégias para mitigar a violência contra a mulher no período gravídico-puerperal.

Ressalta-se ainda a relevância da atuação humanizada de profissionais durante esse ciclo, capazes de apoiar, orientar e garantir uma assistência de qualidade. E ainda, a necessidade de maiores pesquisas e debates sobre o tema, que apesar de contemporâneo, parece ser pouco problematizado no cotidiano dos serviços de saúde e dentro das instituições formadoras de novos(as) profissionais de saúde.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. M. et al. “Episiotomia seletiva vs. implementação de um protocolo não-episiotomia: um ensaio clínico randomizado”. **Reprod. Health**, v. 14, n. 55, p. 2-10, 2017. Disponível em: Selective episiotomy vs. implementation of a non-episiotomy protocol: a randomized clinical trial - PubMed (nih.gov). Acesso em: 09 de setembro.
- BOWSER, D.; HILL, K. Exploring evidence for disrespect and abuse in facility-based childbirth: report of a landscape analysis. **USAID**, 2010. Disponível em: [https://cdn2.sph.harvard.edu/wp-content/uploads/sites/32/2014/05/Exploring-Evidence-RMC\\_Bowser\\_rep\\_2010.pdf](https://cdn2.sph.harvard.edu/wp-content/uploads/sites/32/2014/05/Exploring-Evidence-RMC_Bowser_rep_2010.pdf). Acesso em: 10 set. 2022.
- BRASIL. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **Nascer no Brasil: pesquisa revela número excessivo de cesarianas**. 2014. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/nascer-no-brasil-pesquisa-revela-numero-excessivo-de-cesarianas>. Acesso em: 10 set. 2022.
- DONELLI, T. M. S.; LOPES, R. C. S. Descortinando a vivência emocional do parto através do Método Bick. **Psico-USF**, v. 18, n. 2, p. 289-298, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psuf/a/tsH5mBfLHNsr796RVSFYspP/?lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2022.
- FERREIRA, Q. T. et al. Transtorno de adaptação decorrente do parto: avaliação de sinais e sintomas em puérperas. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 21, p. 1-10, 2019. Disponível em: 53876-texto-do-artigo-277514-1-10-20200407.pdf (bvsalud.org). Acesso em: 25 set. 2022.
- INAGAKI, A. D. DE M. et al. Fatores associados à humanização da assistência em uma maternidade pública. **Revista de Enfermagem UFPE**, v. 12, n. 7, p. 1879-1886, jul. 2018. Disponível em: Fatores associados à humanização da assistência em uma maternidade pública | de Melo Inagaki | Revista de Enfermagem UFPE on line. Acesso em: 10 set. 2022.

KAPPAUN, A.; COSTA, M. M. M. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PARTO E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA. **Revista Paradigma**, v. 29, n. 1, p. 71-86, jan/abr, 2020. Disponível em: View of A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PARTO E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA (unaerp.br). Acesso em: 12 set. 2022.

LANSKY, S. et al. Obstetric violence: influences of the Senses of Birth exhibition in pregnant women childbirth experience. **Cien Saude Colet** [Internet], v. 24, n. 8, p. 2811-2823, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/66HQ4XT7qFN36JqPKNCPrji/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 13 set. 2022.

LEAL, S. Y. P. et al. PERCEPÇÃO DA ENFERMEIRA OBSTETRA ACERCA DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA. **Cogitare Enfermagem**, v. 23, n. 1, 18 abr. 2018. Disponível em: PERCEPÇÃO DA ENFERMEIRA OBSTETRA ACERCA DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA | Leal | Cogitare Enfermagem (ufpr.br). Acesso em: 12 set. 2022.

LIMA E SILVA, R. M. **O SOFRIMENTO PSÍQUICO DAS MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: uma revisão de literatura. 2021. 45p.** Monografia (Graduação em Psicologia) - Curso de Psicologia, Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco, UNDB, 2021. Disponível em: <http://repositorio.undb.edu.br/jspui/handle/areas/469>. Acesso em: 12 set. 2022.

NASCIMENTO, S. L. et al. Conhecimentos e experiências de violência obstétrica em mulheres que vivenciaram a experiência do parto. **REVENF**, n. 37, p. 66-79, 2019. Disponível em: Conhecimentos e experiências de violência obstétrica em mulheres que vivenciaram a experiência do parto (scielo.sa.cr). Acesso em: 12 set. 2022.

OLIVEIRA, M. R. R. DE; ELIAS, E. A.; OLIVEIRA, S. R. DE. Mulher e parto: significados da violência obstétrica e a abordagem de enfermagem. **Revista de Enfermagem UFPE**, v. 14, n. 0, mai. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem>. Acesso em: 09 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Assistência ao parto normal: um guia prático.** Genebra: 1996.

ORSO, L. F. et al. Violência Obstétrica: experiência da equipe multidisciplinar em saúde. **Revista de Enfermagem UFPE**, v. 15, n. 2, 2021. Disponível em: Violência Obstétrica: experiência da equipe multidisciplinar em saúde | Orso | Revista de Enfermagem UFPE on line. Acesso em: 14 set. 2021.

SANDALL, J. et al. Modelos de continuidade liderados por parteiras versus outros modelos de cuidado para mulheres grávidas. **Cochrane Database of Systematic Reviews**, 2016. Disponível em: <https://www.cochranelibrary.com/cdsr/doi/10.1002/14651858.CD004667.pub5/full>. Acesso em: 20 set. 2022.

SILVA, F. D. C. et al. The knowledge of puerperal women on obstetric violence. **Revista de Enfermagem UFPE**, v. 13, 9 out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/242100/33740>. Acesso em: 12 set. 2022.

SILVA, F. M.; SILVA, M. L.; ARAÚJO, F. N. P. Sentimentos causados pela violência obstétrica em mulheres de municípios do nordeste brasileiro. **Rev Prev Infec e Saúde**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 4, p. 25-34, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/nupcis/article/view/6924>. Acesso em: 15 set. 2022.

SILVA, T. M. DA et al. Violência obstétrica: a abordagem da temática na formação de enfermeiros obstétricos. **Acta Paul de Enferm.**, v. 33, 26 out. 2020. Disponível em: <https://old.scielo.br/pdf/ape/v33/1982-0194-ape-33-eAPE20190146.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

SOUZA, A. B. et al. Fatores associados à ocorrência de violência obstétrica institucional: uma revisão integrativa da literatura. **Rev. Ciênc. Méd.**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 115-128, set./dez. 2016. Disponível em: Med 3 (3641).indd (bvsa-lud.org). Acesso em: 16 set. 2022.

ZANARDO, G. L P; URIBE, M.; NADAL, A. H. R.; HABIGZANG, L. F. Violência Obstétrica no Brasil, uma revisão narrativa. **Rev Psicologia & Sociedade**. v. 29, p. 1-11, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822017000100218&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822017000100218&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 13 set. 2022.